

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3229.3101



Lei de incentivos fiscais aumenta desigualdade econômica no Estado

Dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SED) mostram que apenas um terço dos municípios recebe empresas que foram beneficiadas com Produzir. Lei ordena que seja atendido princípio da redução das desigualdades sociais

Jackeline Osório

A Lei Estadual 13.591/2000, que instituiu o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir), tem como "objeto social" a redução das "desigualdades sociais e regionais". A norma é cogente e deve ser cumprida pelo gestor público, caso seja interesse dos contratantes utilizarem os benefícios da legislação estadual. No entanto, conforme reportagem de "O Popular" apontou neste domingo, 2, "um terço das cidades concentram usufruto de incentivos fiscais".

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SED), do Governo de Goiás, informou que apenas 80 municípios estão dentro deste cenário de possível geração de empregos, argumento apregoado pelos empresários e gestores públicos que defendem o programa.

Nesta segunda-feira, 2, o senador Ronaldo Caiado (DEM), governador eleito, deve se reunir com os grandes empresários que fazem uso dos benefícios fiscais para tentar um acordo quanto ao estabelecimento de índices mais realistas e condizentes com a situação fiscal do Estado. O senador também tende a debater a adequação da norma ao que dispõe seus princípios orientadores, caso da redução da desigualdade, já que este é um dos seus compromissos de seu plano de governo.

O debate sobre os benefícios fiscais surge após uma orientação do Tribunal de Contas do Estado (TCE) exigir corte de 9,5% de benefícios e o Governo não conseguir honrar com seus compromissos. Goiás enfrenta uma crise sem precedentes em sua história: especula-se a existência de dívidas de quase R\$ 7 bilhões orçamentárias, R\$ 20 bilhões de dívida pública com a União e instituições financeiras, R\$ 1 bilhão de precatórios, R\$ 280 milhões com organiza-



Ronaldo Caiado: diálogo com empresários para preservar os interesses do estado

ções Sociais (OSS) da área de saúde, R\$ 80 milhões com faculdades e universidades filiadas ao programa Bolsa Universitária, mais cerca de R\$ 1,2 bilhão de salários atrasados do servidores, além de várias dívidas com fornecedores e programas de governo que foram suspensos.

TRANSPARÊNCIA

Fernando Carneiro, procurador do Ministério Público de Contas no Tribunal de Contas do Estado (TCE), diz que cabe ao governo agir com transparência e mostrar os reais benefícios do Estado quando renuncia a arrecadação de valores em benfeitoria das grandes empresas - caso das montadoras que estão instaladas em Goiás.

O procurador alega que as informações devem ser objetivas e constar nos documentos orçamentários e demais espaços de divulgação do Estado.

O economista Luís Carlos Souza, que já atuou com o Fomentar, norma pioneira responsável por anteceder o Produzir e seus princípios de incentivo de desenvolvimento, pretende lançar um livro de balanço com o histórico da lei e sua real eficácia. O foco é contrastar geração de emprego por municípios e a chegada da empresa. "Quanto ao cumprimento deste princípio do desenvolvimento regional e redução de desigualdades, observamos o contrário: existe grande discrepância".

Pelos números da SED, se verifica que foram gerados potencialmente 53.521 empregos, sendo que a expectativa era de 28.883. Os dados anunciados pela SED, neste ponto, são positivos para a argumentação dos empresários.

Os dados da secretaria demonstram que Anápolis, Goiânia e Aparecida de Goiânia atraem parte considerável das empresas com benefícios

- 56, 41, 40, respectivamente.

DESIGUALDADE ECONÔMICA

A desigualdade econômica que se estabelece é gritante. Uma região abandonada como o Entorno do Distrito, onde moradores são obrigados a se deslocar para encontrar empregos na Capital Federal, tem a presença de poucas empresas geradoras de postos de trabalho. Uma das maiores cidades da região, Valparaíso de Goiás, com 133 mil habitantes, por exemplo, não tem nenhuma unidade presente.

A falta de noção e desrespeito da lei pode ser observada com a seguinte comparação: Itumbiara tem seis empreendimentos e uma população de 100.548 habitantes. Já Águas Lindas, localizada no Entorno, tem 159.138 moradores e uma única empresa beneficiada pela política de desenvolvimento de Goiás.



Lei estabelece princípios e regras que devem ser observados

O artigo 2º da Lei 13.591/2000 é claro quanto ao que se pretende com a oferta de benefícios: "O Produtor tem por objeto social contribuir para a expansão, modernização e diversificação do setor industrial de Goiás, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e

renda e na redução das desigualdades sociais e regionais".

O artigo 6º diz o que é fundamental: "Considera-se, para efeito desta lei, como prioritário e de fundamental interesse para o desenvolvimento econômico do Estado o empreendimento ou projeto industrial que venha atender as seguintes condições: I-integre setor industrial com reconhecida capacidade de crescimento e identidade

com a vocação econômica regional, com ênfase nas cadeias produtivas agroindustrial e mineral goianas; II-seja objeto de realocização, motivada por fatores estratégicos; III-contribua intensivamente para a geração de emprego; IV-represente atividade industrial não existente em Goiás ou fabrique produto sem similar no Estado; V-seja considerada indústria geradora de novas indústrias; VI-utilize matéria-prima

estadual; VII-promova o reflorestamento industrial; VIII-seja destinado à geração de energia; IX-seja fornecedor dos setores agroindustrial ou minero-metalúrgico ou beneficiador de subprodutos ou resíduos da agroindústria, bem como classificado como indústria de reciclagem; X-levando em conta o seu porte, volume de investimento, geração de emprego e a agregação de valor à matéria-prima, possa ser considerado estratégico para o desenvolvimento industrial; XI-localize-se em município ou região considerada como prioritária no planejamento governamental; XII-substitua importação de produto de outro Estado ou do exterior; XIII-atue como incubador de outras indústrias.

Em crise, Goiás trava serviços públicos

Estado vive descompasso entre receitas e gastos; despesa com pessoal está no limite

AGÊNCIA ESTADO

"Isso aqui está um caos. Estamos suando pra pagar os professores", afirma um funcionário de uma Organização Social (OS) que administra instituições públicas de ensino no Estado. "A situação é muito complicada. Falta tudo", diz o funcionário de uma OS da área de saúde. "Medicamento começou a voltar. Mas hoje estavam economizando até comida", conta uma técnica em enfermagem do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo), o maior de Goiás.

O caos e a escassez de insumos básicos nos serviços públicos denunciam a crise fiscal de Goiás. Assim como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, o Estado passou a sentir no cotidiano - ain-

da que em escala menor - os efeitos do descompasso entre receitas e gastos. No fim de outubro, o governador, José Ellton (PSDB), chegou a publicar um decreto que lhe permite empurrar para 2019 a folha salarial referente a dezembro.

Na área de segurança, a ordem é para a polícia reduzir em 20%, ou R\$ 1 milhão por mês, o gasto com combustível - segundo o governo, o corte será na área administrativa, e não afetará as viaturas de serviços operacionais. Na educação, 20 mil estudantes universitários estão com suas bolsas atrasadas há oito meses. No maior hospital de Goiás, Hugo, faltavam 63 itens, como medicamentos, fraldas e cateteres, e outros 22 estavam para acabar no início do mês.

Na recepção do hospital, Maria José Lopes Torres, de 57 anos, esperava seu marido, Adenir Marcelino do Nascimento, sair de uma cirurgia. Em setembro, ele havia ficado um mês internado esperando pela cirurgia, que não foi realizada antes porque os pinos que seriam colocados na clavícula estavam em falta. Nascimento foi mandado para casa e voltou ao hospital quando os pinos chegaram, 60 dias após se machucado. "Fiquei todo esse tempo tendo de dar comida e água na boca dele. Quem me ajudou foram os vizinhos e o pessoal da igreja", conta Maria.

O governo de Goiás afirma que deve R\$ 16 milhões à organização responsável pela gestão do Hugo e diz que pretende quitar o valor até o fim do ano.

FIM DE MANDATO

O secretário da Fazenda de Goiás, Manoel Xavier Ferreira Filho, admite que o Estado passa por dificuldades financeiras e que elas se acentuaram porque, como este ano é o último do mandato, o governo não pode deixar restos a pagar para 2019. A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê detenção de seis meses a dois anos em caso de descumprimento. "Há um paredão em dezembro. Temos de empenhar, liquidar e pagar todas as contas, o que não aconteceu nos anos anteriores. Isso provoca um ajuste no fluxo de caixa. Não dá para adiar despesa que poderia ser paga em janeiro ou fevereiro", afirmou o secretário.

Para o economista Raul Velloso, especialista em contas públi-



Salto na publicidade

Gastos registrados pelo TCE-GO com propaganda e custo estimado em licitação

Ano	Valores
2008	R\$ 17.479,40
2009	R\$ 20.683,00
2010	R\$ 5.035,51
2011	R\$ 24.505,04
2012	R\$ 6.405,00
2013	R\$ 11.460,60
2014	R\$ 15.910,00
2015	R\$ 12.102,00
2016	R\$ 13.912,90
2017	R\$ 24.686,34
2018	R\$ 10.287,40*

Previsão para 2019

R\$ 1.005.553,33

*Até o segundo trimestre de 2018

Licitação traz alta de gastos

TCE Valor para divulgação é sete vezes maior do que soma de dez anos

Licitação traz alta de gastos

TCE Valor para divulgação é sete vezes maior do que soma de dez anos

Fabiana Pulcineli
fabiana.pulcineli@opopular.com.br

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) fará licitação para contratar agência de publicidade por custo estimado de R\$1 milhão por ano. O valor é sete vezes maior do que a soma das despesas registradas pelo tribunal com propaganda nos últimos dez anos (veja quadro).

O tribunal afirma que o objetivo é a "divulgação institucional de atos, programas, obras, serviços e campanhas do TCE-GO, com caráter educativo, informativo ou de orientação para o controle social".

Na justificativa do edital, o tribunal alega ainda que deve fazer esforços para cumprir da melhor forma possível a função da transparência e que campanhas institucionais "tendem a aumentar a participação social no controle de gastos públicos, o que, por sua vez, afeta diretamente a eficiência dos órgãos de controle".

Questionado sobre o valor exceder em muito os gastos dos últimos anos, o tribunal afirmou, por meio da assessoria, que o custo estipulado não implica em obrigação de investimento integral, mas serve apenas como estabelecimento de um limite de gastos conforme exigência legal.

O TCE-GO afirmou ainda que, como se trata da primeira concorrência a ser realizada para contratação de agência de publicidade, não é possível fazer comparações com anos anteriores.

O tribunal também justifica que a Assessoria de Comunica-

ção existente no quadro atual do TCE-GO tem atribuições voltadas para a comunicação corporativa da instituição, que não substituem as atividades de publicidade. "Enquanto o foco do trabalho da assessoria volta-se para a conquista da credibilidade e respeito diante da opinião pública, transformando as informações em notícias e fomentando a comunicação interna e externa, a presente contratação visa atender outras necessidades, permitindo por exemplo, a produção de campanhas publicitárias, divulgação das ações do tribunal em determinados espaços midiáticos na internet, jornais, emissora rádio e TV", afirma.

Há ainda o argumento de "necessidades reprimidas do TCE-GO para elaborar campanhas publicitárias com o apoio de agência especializada que detenha conhecimento específico na área e constante atualização, inclusive com acesso a equipamentos e insumos necessários para a divulgação das campanhas institucionais".

A Constituição Estadual obriga os poderes e órgãos públicos a divulgar dados sobre gastos com propaganda e noticiário a cada trimestre. As informações sobre as despesas do tribunal estão no próprio site do TCE-GO e são declarados pela direção.

A licitação está marcada para o dia 16 de janeiro. O mandato do atual presidente do tribunal, Kennedy Trindade, termina no fim deste ano. O conselheiro Celmar Rech, eleito em setembro, comandará o tribunal a partir de janeiro.



Governador eleito de GO, Caiado quer parceria com Ibaneis para o Entorno

Em entrevista ao Correio, o governador eleito de Goiás, senador Ronaldo Caiado (DEM), fala em implementar uma secretaria para tratar da região

 Caiado: 'Não se resolve os problemas de um estado do tamanho de Goiás de uma hora para outra, mas vou me dedicar'

(foto: Arthur Menescal/Esp. CB/D.A Press)

Em quase três décadas de vida pública, Ronaldo Caiado (DEM), governador eleito de Goiás, assumirá, pela primeira vez, um cargo no Executivo. A partir de 1º de janeiro, comandará o nono estado mais rico do país e precisará lidar com um rombo de R\$ 7 bilhões nos cofres públicos.

*Em entrevista ao **Correio**, Caiado adianta que o número de secretarias deve ficar entre 18 e 19, e garante que uma delas será para tratar de assuntos do Entorno, em parceria com o governador eleito do DF, Ibaneis Rocha (MDB). Também não nega apoio ao presidente eleito, Jair Bolsonaro. “No que depender do meu governo, ele terá um bom mandato”, pondera. Confira a seguir os principais trechos da entrevista.*

Após 20 anos de Goiás sob o controle do PSDB, o senhor colocou fim à era Marconi Perillo. O que isso significa?

A palavra mais frequente na campanha foi o apelo pela mudança. É impressionante o quadro de estafa do goiano. Sei da minha responsabilidade. Não se resolve os problemas de um estado do tamanho de Goiás de uma hora para outra, mas vou me dedicar com toda experiência e relacionamentos que tenho e buscar parcerias, seja na iniciativa privada, no Sistema S, seja nas instituições sem fins lucrativos e com governadores para acabar com essa vivência inquieta que as pessoas têm tido graças à omissão dos governos.



CB Correio Braziliense
postado em 03/12/2018 06:00 / atualizado em 03/12/2018 07:39



Como tem sido a transição entre o senhor e Perillo?
Está indo de forma muito lenta. A complexidade de Goiás é que nunca houve uma transição. O governo atual ficou 20 anos no poder e ficou passando para seus aliados. É um processo inédito. Estou tentando

fazer diagnósticos, aprofundar informações e, ao mesmo tempo, planejar ações e definir metas. Uma preocupação é que precisamos encontrar uma forma rápida para quitar a folha de pagamento de dezembro. Não podemos deixar de priorizar o pagamento dos salários.

Como será a sua relação com o presidente eleito Jair Bolsonaro?

A melhor possível. Já estive com ele várias vezes, tivemos a oportunidade de conversar sobre segurança pública, sobre presídios, sobre os problemas fiscais, sobre educação, onde foi colocada uma pessoa extremamente qualificada. Estive com o presidente no dia da indicação do (futuro ministro da Saúde) Luiz Henrique Mandetta. Tenho um bom relacionamento com ele e vou trabalhar o máximo possível apoiando o governo dele para que tenha excelentes resultados.

O partido do senhor, o DEM, ganhou três ministérios na nova gestão. Pode ser um facilitador para o estado de Goiás?

De maneira alguma. As pessoas são filiadas ao DEM, mas são indicadas sem nenhuma influência partidária. As indicações têm sido feitas por uma escolha pessoal do presidente ou por elas congregarem ideias com os setores que vão administrar. Não há indicação partidária.

Ainda não foi divulgado o secretariado de sua gestão. Há dificuldades em encontrar nomes?

Cada governante tem seu estilo. Prefiro fazer uma análise mais detalhada, buscar as informações das pessoas, avaliar o perfil. Isso não é simples. Quanto mais se aprofunda na busca, mais acertados são a escolha e os resultados. Quero ter um secretariado bem articulado, com bons gestores e metas, onde faremos avaliação de dois em dois meses para saber o que está funcionando e o que não está.

Quantas secretarias o senhor pretende manter?

Entre 18 e 19. Estou terminando esse organograma e recriando as que são importantes.



Esse número é maior que as 13 existentes hoje...

O que aconteceu foi a fusão de secretarias, criando superpastas que entraram em colapso. As pessoas não cuidavam mais de suas áreas, não tinham conhecimento das que foram agregadas, ninguém se entendia. Tivemos áreas importantes dentro de uma fusão, acreditando que isso poderia trazer resultados de economia, o que não aconteceu. A verdade é que diminuiu a eficiência das secretarias. Temos o absurdo de haver cinco secretarias extraordinárias para controlar articulações políticas. Isso é errado. Secretaria é para ter metas, não para vincular problemas políticos.

Seus indicados terão perfis mais técnicos ou políticos?

Pretendo ter pessoas tecnicamente qualificadas para que elas possam discutir com um ministro da Economia, um secretário do Tesouro, com boa articulação. Toda ação de governo é política, mas as secretarias devem atuar para chegar em forma de ações para a população. Essas pessoas devem entender do tema que estão tratando.

Algum nome já escolhido?

Ainda não foi batido o martelo final.

Como sua experiência no Congresso vai pautar o governo de Goiás?

Ela me trouxe um conhecimento amplo dos poderes. É preciso ter diálogo para que se possa construir algo. Vou usar da credibilidade dos meus pares na Câmara e no Senado, nos partidos de oposição, utilizar o que eu construí para trazer benefícios ao povo de Goiás. Saberei manter o diálogo com a Assembleia Legislativa. Ninguém governa sozinho.

Goiás terá deficit orçamentário estimado em R\$ 7,4 bilhões em 2019. Como equilibrar as contas públicas?

Eu defendo a diminuição percentual de incentivos fiscais para empresas. Faremos isso dentro de um estudo, avaliada cada cadeia produtiva, sem tirar a capacidade competitiva do estado, mas tentando trazer uma arrecadação a mais de ICMS.

Isso não espantaria o empresariado do estado?

Com o passar dos anos, o estado entrou em colapso por completo. Estou analisando cada cadeia produtiva para definir as novas alíquotas. Goiás continuará com as melhores condições de atração de empresas no país. Nada tira isso do estado. Estamos apenas calibrando.



O senhor pensa em aumento de impostos?

De maneira alguma. O cidadão não aguenta mais ouvir falar em impostos.

O Entorno vive décadas de abandono por diversos governos. Como ficará a situação da região no seu governo?

Vou assumir essa luta. Criarei uma secretaria do Entorno, com uma política direcionada para a região. Enfrentaremos a violência, o baixo índice de escolaridade e a falta de saúde. Vou buscar uma parceria com o governador eleito do DF, Ibaneis Rocha, como já temos conversado. Queremos atingir o maior número de resultados sem criar nenhuma queda

de braço, mas sim um movimento de fortalecimento das nossas ações para trazer resultados rápidos. Vou depender de Brasília. Ele já se comprometeu a atuar no Entorno.

(foto: Minervino Junior/CB/DA Press)

Quais as atribuições da secretaria?

Todas as áreas mais sensíveis serão tratadas de maneira mais objetiva. A atuação será nas cidades com alto índice de violência, com consumo de drogas, com evasão escolar, falta de emprego. Também o transporte, que está em colapso, e as condições de saúde.

Essa parceria com o DF será também financeira?

Sim. Será uma luta conjunta minha com o Ibaneis. Com o nosso peso político e tendo sintonia nas ações, os resultados serão mais eficientes.

Está mantida a construção de três presídios de segurança máxima em Goiás?

É um compromisso meu. Já avancei muito nas conversas com a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, e com o presidente eleito, Jair Bolsonaro. Levei



o assunto ao futuro ministro da Segurança, Sérgio Moro, e ao general Augusto Heleno (que assumirá o Gabinete de Segurança Institucional). A minha preocupação é não deixar que os nossos jovens, principalmente nas regiões mais carentes, sejam cooptados por facções criminosas. Temos que devolver à sociedade a liberdade. E, aos criminosos, a certeza de que eles terão a mão forte do governo e a presença do estado em cada região.

Essas obras custariam quanto?

No momento, não tenho como definir os custos, mas ações para a implantação já estão sendo tratadas. Estou trabalhando para que pelo menos uma seja construída rapidamente.

A saúde do estado está bastante comprometida. O que é possível fazer?

A saúde do goiano está em colapso total, completo. A população está desassistida. Hoje, não se tem insumos básicos. É impressionante. Os governos não fizeram a regionalização da saúde e implantaram a “ambulância-terapia”, que é levar os pacientes pelo estado. As pessoas do norte do estado, no Oeste Goiano, no Vale do Araguaia, por exemplo, têm que se deslocar até Goiânia, Brasília, para conseguir atendimento. Sabemos que existem situações que não permitem isso. Minha ideia é instalar policlínicas, num primeiro momento, depois hospitais regionais.

Segundo o Tribunal de Contas do Estado, a previdência goiana tem rombo de mais de R\$ 2 bilhões. Como resolver esse problema?

Temos que encontrar alternativas. Isso é uma retirada direta de recursos. Acredito que não há como, assim como na União, permanecer sustentável sem uma reforma. A previdência estadual está no limite de arrecadação, não tem como ficar como está. Precisamos alterar as regras para mudar a situação.

Em artigo publicado na Folha de S. Paulo em 2017, o senhor chamou de “milícia” o MST.

Como governador, qual será sua relação com o grupo?

Será dentro do que a legislação determina. As regras deverão ser cumpridas por todos os cidadãos, independentemente de suas ligações com movimentos políticos, partidos, sindicatos.



Natal

Governador começa tradicional distribuição de brinquedos às crianças goianas

01/12/2018 14:50 ... Por Rafael Oliveira ... Edição 2264

José Eliton viajou neste sábado (1º) ao Nordeste goiano para entregar brinquedos às crianças participantes da ação Show de Natal, que acontece há 20 anos



Foto: divulgação

O Programa Show de Natal do governo estadual começou a distribuir neste sábado (1º) parte dos 600 mil brinquedos arrecadados. O governador José Eliton (PSDB) viajou ao Nordeste goiano com a primeira-dama Fabrina Muller para entregar os brinquedos a crianças carentes. A entrega nas 246 cidades do interior será feita entre os dias 1º e 10 de dezembro pelo governador.

Em Goiânia, os presentes serão distribuídos em um novo formato: serão realizados 12 eventos em bairros diferentes, sendo 10 em instituições sociais cadastradas na Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), um em uma unidade da Organização e outro em uma área pública. A mudança visa democratizar a entrega, fazendo com que as crianças não precisem percorrer um longo trajeto para ter acesso aos brinquedos.

A tradicional chegada do Papai Noel aconteceu na sexta-feira (30/11) e inaugurou a decoração natalina da Praça Cívica. Na ocasião, o governador entregou as chaves do Estado ao velhinho símbolo do Natal. "O Natal é a celebração de todos nós, cristãos. Fico muito feliz de poder fazer com a minha família e com todos os goianos a abertura do Show de Natal da OVG", disse José Eliton em discurso na abertura do evento.

Na programação houve a tradicional exibição do Coral Infantil do Instituto de Educação em Artes Gustav Ritter, com a Cantata de Natal na marquise do Palácio das Esmeraldas. Cerca de 100 crianças, com idade de 9 a 13 anos, participaram da apresentação, que teve regência da professora Sandra Alla. "É um dom que Deus confere de expressar sentimentos através da voz. As crianças têm a voz pura que pode tocar todos os corações", ressaltou o governador.

Dom Washington Cruz, arcebispo metropolitano, participou da solenidade e ressaltou a devoção da primeira-dama em várias ações sociais no Estado. "A primeira-dama tem muita devoção ao bom Jesus e a Nossa Senhora, mãe do nosso criador, e isso dá muita força de fé", afirmou o religioso.